

O que dificulta o crescimento

Os piores indicadores econômicos do ano apareceram, nos últimos dias, de forma concentrada: faturamento industrial em queda, comércio com estoques elevados, produção suspensa em várias fábricas, demissões em alta e piora das contas públicas. As montadoras de veículos venderam no primeiro semestre 14,7% menos que um ano antes, e já se prevê, para este ano, produção 13% menor que a de 1997.

Esses dados referem-se a meses diferentes – o faturamento industrial, medido pela CNI, é de maio, o déficit público, de abril, os demais, de maio e junho –, mas o impacto psicológico deu-se num só momento. A apreensão resultante, é bom assinalar desde logo, é em grande parte justificável a partir de um exame cuidadoso dos fatos, especialmente se a esse quadro se acrescentar a insegurança internacional. Mas há também, no cenário econômico, elementos positivos, menos visíveis, e é preciso considerá-los para que se possa fazer uma análise realista da situação.

Uma sensível diminuição de crescimento era previsível desde o fim do ano passado, quando o governo elevou os juros e lançou o pacote fiscal para aumentar a segurança diante da turbulência financeira que abalou as economias da Ásia. Era a política mais prudente, naquele momento, e como

tal foi saudada internacionalmente. O governo teria, sem dúvida, uma despesa extra de juros, porque sua dívida ficaria mais cara, mas o aumento de impostos e o corte de outros gastos deveriam mais que compensar esse efeito. O resultado final, esperava-se, deveria ser um déficit público menor – com aumento provável do superávit primário, isto é, do resultado calculado sem os juros. Passada a fase mais perigosa, os controles poderiam ser afrouxados e a economia voltaria a crescer mais facilmente. Essa esperança assentava numa condição: conter os gastos, principalmente os do sistema previdenciário.

Este é o pior aspecto do quadro: o Brasil tem hoje baixo crescimento de produção sem haver diminuído o desajuste fiscal. O impasse da reforma previdenciária, somado à mutilação da reforma administrativa, impede a efetivação de uma das condições mais importantes da recuperação prevista. Quanto mais distante estiver o equilíbrio das contas públicas, menos liberdade terá o governo para baixar os juros; afinal, o Tesouro tem de rolar seus papéis e é preciso, ao mesmo tempo, evitar desconfinanças no mercado financeiro internacional.



Com as contas em mau estado, o governo decidiu aprovar novo corte, agora de R\$ 2,5 bilhões, no limite de financiamentos a Estados e municípios, ficando ressalvados, porém, os programas de saneamento fiscal e de reestruturação dos bancos públicos.

Medidas como essa podem diminuir ainda mais o ritmo da atividade econômica, a menos que sejam compensadas por maior oferta de crédito ao setor privado. Ora, o crédito ainda é muito caro, exceto nos programas de investimento e de exportação.

A instabilidade internacional associada a uma maior concorrência dos produtos asiáticos completa o quadro. Para que as perspectivas fossem mais risonhas, seria preciso que o governo japonês apresentasse um programa convincente de saneamento do sistema bancário e de recuperação da economia, e o governo da Rússia conseguisse resultados positivos no campo do saneamento fiscal e da sustentação do crédito externo. Antes que essas questões tenham sido resolvidas, não haverá tranquilidade na frente externa.

Os pontos positivos que se vêem do cenário são

o crescimento das exportações, especialmente de manufaturados, a expansão dos investimentos, com destaque para o setor de infra-estrutura, e a inflação cada vez mais baixa. Em certo sentido, a atividade econômica é hoje mais saudável do que nos primeiros tempos do real, quando o crescimento foi puxado sobretudo pelo consumo.

Exportar e investir são os caminhos para romper alguns dos principais gargalos da economia, criando condições para uma nova fase de crescimento. Não há como negar uma ampla reordenação econômica na direção da competitividade.

Crescer pouco em 98 seria menos grave, se houvesse uma clara melhora das contas públicas

Esse movimento, observam economistas da CNI, tem sido insuficiente para compensar a recente estagnação do consumo. Isso parece verdadeiro, mas é possível, com maior esforço político, acelerar tanto a exportação quanto o investimento gerador de emprego. Nada disso, porém, dispensa o governo da obrigação de colocar as contas públicas no rumo do equilíbrio. Essa é a tarefa politicamente mais complexa num ano eleitoral.